

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA EM DIALOGO

Texto 4:

Por uma educação antirracista: currículo e prática pedagógica de valorização da população negra no espaço escolar



EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA EM DIALOGO

Texto 4:

Por uma educação antirracista:
currículo e prática pedagógica
de valorização da população
negra no espaço escolar

COORDENAÇÃO EDITORIAL:

Vanessa Cândida Lourenço
Edneia Gonçalves

TEXTO:

Claudilene Maria da Silva

PROJETO GRÁFICO:

Thais Regina

REVISÃO DE TEXTO:

Fernanda Silva e Sousa



APRESENTAÇÃO

O artigo “*Por uma educação Antirracista: currículo e prática pedagógica*”, de Claudilene Maria da Silva, voltado à valorização da população negra no espaço escolar, apresenta o debate sobre desigualdade no âmbito das políticas educacionais. A autora enfatiza que um dos maiores desafios da atualidade para os profissionais da educação é dar materialidade a uma política curricular que trate pedagogicamente e de forma equitativa e respeitosa as diferenças.

Ao ressaltar a inserção do Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana nos currículos escolares como um passo importante para concretização das lutas dos movimentos sociais negros por uma educação antirracista, a autora afirma o lugar do currículo como um território em disputa social.

No decorrer do texto, Claudilene Maria da Silva retoma discussões propostas por Miguel Arroyo, Petronilha Beatriz da Silva e Nilma Lino Gomes para reafirmar a importância dos conteúdos curriculares para transformação da sociedade e ratifica as atitudes, as relações interpessoais e tudo mais que ocorre no espaço escolar como sendo parte do currículo. Ela apresenta os *Indicadores de Qualidade na Educação: Relações Raciais na Escola*, organizados pelas professoras Denise Carreira e Ana Lúcia Silva Souza como um importante instrumento para avaliação das ações realizadas.

Por fim, o artigo ratifica a importância e a urgência da educação antirracista para o combate ao racismo na sociedade brasileira e demonstra o quanto é primordial que as educadoras e educadores assumam esse compromisso por meio do enfrentamento da disputa curricular, considerando que é impossível, de acordo com as análises realizadas pela autora, construir práticas pedagógicas de valorização da população negra de maneira sólida e consistente sem combater o racismo como “epistemologia das práticas negadoras dessa população, de seus conhecimentos e de suas formas de pensar e estar no mundo.”

Convido à leitura do artigo e à reflexão sobre os argumentos apresentados, que demonstram que precisamos coletivamente avançar com atitudes e posicionamentos éticos na efetivação de uma educação antirracista, levando em consideração a memória dos processos vividos na construção das práticas pedagógicas de valorização da população negra.

Silvane Silva

POR UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: CURRÍCULO E PRÁTICA PEDAGÓGICA DE VALORIZAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA NO ESPAÇO ESCOLAR

CLAUDILENE MARIA DA SILVA

A discussão a respeito da educação para as relações étnico-raciais no Brasil, bem como das demais subjetividades humanas, tem colocado em evidência a inserção dos conceitos de diversidade e diferença em um contexto escolar que nasceu e se estruturou a partir da noção de igualdade. Nós, educadoras e educadores, fazemos parte de uma tradição pedagógica que aprendeu a lidar com a igualdade, não com as diferenças. Por isso, quando precisamos tratar pedagogicamente as diferenças, “pensamos que o pedagógico é superá-las, exigindo de todos a mesma trajetória educativa” (ARROYO, 1995, p. 19).

Desse modo, um dos maiores desafios da atualidade para os profissionais da educação é dar materialidade a uma política curricular que trate pedagogicamente e de forma equitativa e respeitosa as diferenças. A implementação dessa política educacional é um exercício em busca de uma educação de qualidade e de uma sociedade mais democrática.

No caso da política de educação para as relações étnico-raciais, a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena tem mediado esse processo em construção. Sua institucionalização é uma política pública educacional de afirmação da população negra, que compõe o conjunto das políticas de promoção da igualdade racial no campo da educação. Como afirma Gonçalves e Silva (2013, p. 2), “trata-se de uma política curricular de reconhecimento e de reparação de desigualdades”. Ela integra o grupo de políticas de reconhecimento das desigualdades e discriminações raciais contra os negros no Brasil e objetiva enfrentar a injustiça nos sistemas educacionais do país. Por isso, para Gomes (2009), a política vincula-se à garantia do direito à educação e requalifica esse direito ao acrescentar-lhe o direito à diferença.

No Brasil, quando consideramos a população negra, o racismo se justifica e se atualiza, tomando a negação e a invisibilidade da ascendência africana como ponto de referência. Assim, conforme dispõe as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais:



O Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (...) É um meio privilegiado para a educação das relações étnico-raciais e tem por objetivos o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, garantia de seus direitos de cidadãos, reconhecimento e igual valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias, asiáticas (BRASIL, 2004, p. 20).

Como pode se ver, a luta do Movimento Negro pelo combate ao racismo e por uma educação antirracista é a luta pelo reconhecimento da condição de ser humano da população negra. O processo de instituição da obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana constitui-se, portanto, como referência para a construção de uma educação antirracista no Brasil.

Ao longo das duas últimas décadas observamos uma grande quantidade de atividades, programas, projetos e ações que foram desencadeadas pela legislação e pela política curricular. Parece-nos que, não de forma tranquila, a disputa curricular está instalada na sociedade brasileira e no interior das escolas. Entretanto, a perspectiva epistêmica dessas ações educativas nem sempre apresenta distanciamentos significativos das práticas eurocêntricas que produziram a suposta inferioridade da população negra no Brasil.

A educação antirracista se constitui como um projeto de educação que possui como fundamento o combate ao racismo institucional e, portanto, se dedica a superar as consequências da colonialidade. Assim, é possível afirmar que atualmente, no que se refere à legislação, encontramos avanços significativos e capazes de orientar políticas e práticas de uma educação comprometida com a superação do racismo e das desigualdades étnico-raciais. Entretanto, o retrocesso que vivenciamos nos últimos anos dá margem para o desconhecimento dos dispositivos legais para a implementação de uma educação antirracista, sendo apontado como um dos empecilhos para sua efetivação.

Neste texto, ao revisitar os achados de nossa pesquisa de doutorado, publicada em 2019, apresentamos e discutimos a organização e vivência do trabalho pedagógico de valorização da população negra de duas instituições escolares, uma localizada em Campinas, São Paulo, e outra em Salvador, na Bahia.

Naquela pesquisa desejávamos analisar as práticas pedagógicas escolares de valorização da identidade, da memória e da cultura negras construídas e vivenciadas institucionalmente pela comunidade escolar. A imersão nas escolas revelou como se dá o ciclo de construção e vivência das práticas pedagógicas, indicando alguns mecanismos para seu enraizamento no espaço escolar. Desse modo, entendemos que as experiências escolares acompanhadas e a narrativa construída naquele percurso de pesquisa podem inspirar novas reflexões e ações que focalizam o currículo e a prática pedagógica em busca de uma educação antirracista no Brasil.

CURRÍCULO, PRÁTICA PEDAGÓGICA E RELAÇÕES RACIAIS NA DINÂMICA ESCOLAR

A inserção do ensino de história da África e dos descendentes de africanos no Brasil nos currículos escolares configura um dos pontos de convergência da trajetória de luta dos movimentos sociais negros por uma educação antirracista (SILVA, 2019). Porém, duas décadas após a alteração da LDB pela Lei 10.639/2003, a compreensão sobre por que pensar história e cultura africana e afro-brasileira a partir do currículo escolar ainda se apresenta como uma questão necessária para orientar a ação pedagógica de profissionais da educação em todo o Brasil.

Há um conhecido provérbio africano que diz: “Quando o leão aprender a escrever, as histórias de caçadas não mais serão contadas somente pelo caçador”. E não por outro motivo seguimos precisando aprender nossas histórias outras, para além da história da escravidão.

Embora o currículo possa ser discutido a partir de abordagens diversas, em qualquer das perspectivas assumidas ele terá sempre como foco a seleção de conhecimento. Conhecimentos que são selecionados para serem lembrados, estudados e validados; e conhecimentos que são eleitos para serem esquecidos.

Para Silva (1999, 2004, 2008), o

currículo é uma forma de instituição de sentidos que produz identidades, de modo que o autor trata o currículo como artefato cultural que o configura como prática de significação, espaço articulador de saberes, poderes e identidades. Ele propõe que o currículo seja tomado e analisado através dos elos que o compõem, constituindo-se não só como prática de significações, mas também como prática social e produtiva de relações de poder numa dinâmica de produção de sentidos que não são dados, pois se inscrevem na arena político-cultural, instituindo e sendo instituídos por significações sociais que perpassam e são terreno para a constituição de identidades sociais.

Assim, considerar os nexos entre currículo e identidade implica a percepção do que realiza o currículo como uma prática produtiva e de significação. Nele circulam poderes e saberes que, mediados, articulados e negociados com e nas esferas e produções sócio-culturais dos grupos que os praticam, objetificam, narram, definem, produzem e significam o eu e o outro, estabelecem o lugar e o não lugar ocupado e a ocupar, fazendo parte do processo de construção das identidades. Logo, o currículo é um território em disputa social (ARROYO, 2011).

Para nós, o currículo escolar é a “materialização de um projeto que traça um tipo de educação e uma concepção de sujeito, que ganha significado e traça identidades através dos processos de ensino e de aprendizagem” (SANTIAGO, 2006). A compreensão apresentada implica assumir que os processos de ensino e de aprendizagem não ocorrem apenas na sala de aula, mas em todos os espaços das instituições educativas; que o currículo se relaciona com a forma de organização do trabalho pedagógico da instituição educativa, definindo seus tempos e espaços; e que, portanto, o currículo é materializado por meio da prática pedagógica de cada instituição educativa (SANTIAGO, 2006).

Por sua vez, como parte de uma prática social mais ampla, a prática pedagógica orienta-se, estrutura-se e responde a objetivos e finalidades de cada tempo e contexto social. De acordo com Freire (2010, p. 98), “como experiência especificamente humana,

a educação é uma forma de intervenção no mundo”. Sendo assim, a ação pedagógica se materializa pela sua intencionalidade, ou seja, o caráter pedagógico da prática educativa se verifica como “ação planejada e intencionalmente realizada por seus sujeitos” (SOUZA, 2009, p. 34). No caso da escola, ela é mediada pelo currículo escolar.

Entretanto, de forma geral, embora as autoras e os autores compreendam a escola como um centro de produção e manutenção de relações de poder, as pesquisas ainda se concentram na atuação e no papel das professoras e dos professores nesse espaço. A prática escolar racista e a prática de enfrentamento ao racismo são questionadas, analisadas e discutidas por meio da prática docente.

Na perspectiva de Souza (2009), a prática pedagógica é uma ação coletiva organizada, com finalidades e objetivos explícitos a serem desenvolvidos em conjunto pela instituição. Ele assim a define:

uma ação social coletiva, realizada institucionalmente, que se conforma na prática docente, na prática discente, na prática gestora e na prática epistemológica e/ou gnosiológica com intencionalidades explícitas, assumidas coletivamente, permeadas por afetos (amores e ódios) (SOUZA, 2009 p. 53).

Portanto, a prática pedagógica acontece no cotidiano das relações que são desenvolvidas numa instituição educativa e se estrutura no desenvolvimento das ações cotidianas dos sujeitos. Trata-se de uma realização intencionalmente organizada para alcançar objetivos específicos e, por ser dinâmica,

manifesta-se como gesto, atitude e comportamento reflexivo e criativo. Destacamos que, embora a prática aconteça pela ação do educador, ela não é uma prática do educador, mas da instituição educativa, pois se configura como uma prática coletiva. Os processos de organização e de atuação (o tempo, o espaço e a rotina)

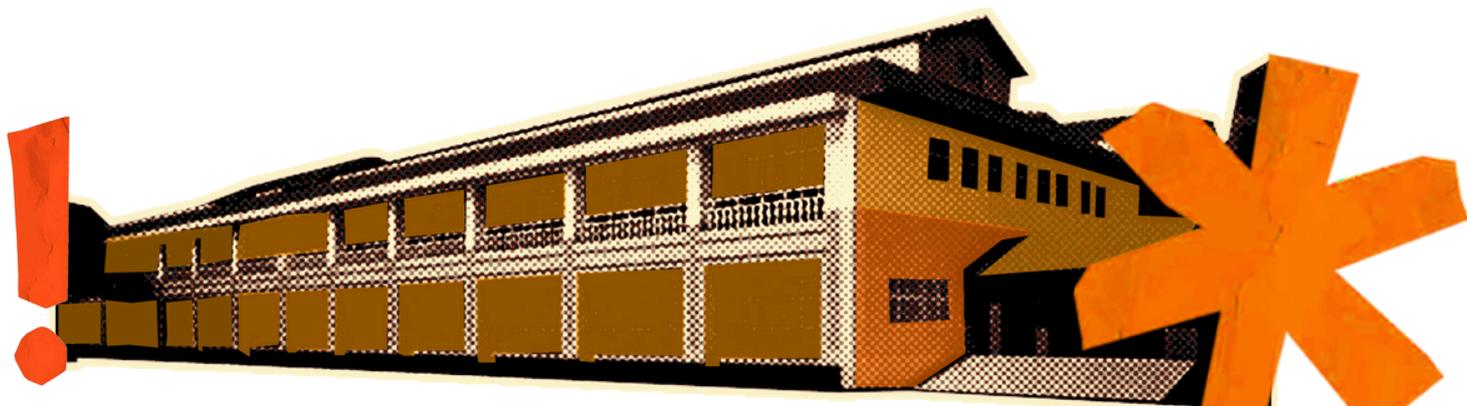
constituem parte estrutural do desenho e da ação da prática pedagógica (SILVA, 2019).

No que se refere ao trabalho pedagógico da escola no trato das relações étnico-raciais, Carreira e Souza (2013) sugerem como indicadores de qualidade na dimensão do currículo e da prática pedagógica: o conhecimento das leis e dos documentos oficiais sobre educação e relações étnico-raciais; a organização da proposta político-pedagógica da escola; a garantia de espaço para planejamento coletivo; a inserção e abordagem de conteúdos sobre história e cultura africana e afro-brasileira; e a sala de aula como lugar estratégico para uma educação antirracista. Tomando a experiência das escolas que acompanhamos como exemplo, podemos afirmar que o convencimento cotidiano da comunidade escolar da importância do combate ao racismo torna-se basilar para o monitoramento desses indicadores.

A imersão que realizamos no acompanhamento das duas escolas nos possibilitou identificar a existência de um ciclo de construção e vivência da prática pedagógica no qual três categorias ganharam relevância: o ritual pedagógico, o tempo curricular e o itinerário pedagógico.

O ritual pedagógico é composto pelas situações, os conteúdos e as relações que são vivenciadas, articuladamente, ao longo da construção do conjunto de práticas pedagógicas de uma instituição. À projeção desse caminho de construção Socorro Silva (2009) denominou de “itinerário pedagógico”, ou seja, a escolha do caminho a ser trilhado por toda instituição na construção do conhecimento. De acordo com a autora, é esse itinerário que caracteriza a prática pedagógica de cada instituição e lhe confere especificidade porque atua como instrumento orientador da dinâmica e da organização do trabalho pedagógico. Por sua vez, é no e com o tempo curricular que a comunidade escolar organiza seu trabalho pedagógico.

O tempo curricular é o que organiza o trabalho pedagógico da escola (SANTIAGO, 1990). O instrumento que dá andamento, pulsação e conteúdo às atividades que serão realizadas no espaço escolar. É a forma de arrumação que cada instituição estabelece para viver o currículo. Desse modo, buscando inspirar a construção e a vivência de práticas pedagógicas antirracistas enraizadas, nos debruçaremos sobre essa dimensão do itinerário pedagógico com maior atenção nesse texto.



TEMPO CURRICULAR: ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DE VALORIZAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA NO ESPAÇO ESCOLAR

A concepção de currículo e prática pedagógica com as quais trabalhamos nos possibilita olhar para os conteúdos das práticas pedagógicas focalizando três aspectos: a forma de abordagem dos conteúdos, os temas que constituem as práticas e as situações didáticas que a elas dão corpo.

A forma de se abordar a temática História e Cultura Afro-Brasileira e Africana pode se dar de maneira específica, em momentos criados especialmente para tratar o tema, como o trabalho por meio de oficinas temáticas a serem vivenciadas em momentos anuais determinados, o que inclui eventos anuais de culminância, ou de forma integrada aos outros conteúdos disciplinares. Em ambos os casos, a abordagem é sempre intencional e coletivamente planejada.

A importância do planejamento presente em ambas as abordagens ganha centralidade porque representa um avanço no processo de enraizamento das práticas pedagógicas de valorização da população negra no espaço escolar. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, para obter êxito em sua intervenção, “a escola e seus professores não podem improvisar” (BRASIL, 2004, p. 15) diante da magnitude do desafio que constitui “desfazer mentalidade racista e discriminadora secular, superando o etnocentrismo europeu, reestruturando relações étnico-raciais e sociais, desalienando processos pedagógicos” (BRASIL, 2004, p. 15).

Em pesquisa anterior, quando o centro da análise focou a prática docente sobre relações étnico-raciais no espaço escolar, percebemos que a abordagem da temática se dava de forma espontânea e que o tratamento pedagógico acontecia como “algo a parte dos conteúdos curriculares, como se preconceito, discriminação e relações étnico-raciais não compusessem o repertório dos conhecimentos que são transformados em conteúdos de ensino” (SILVA, 2013, p. 165). O espontaneísmo do trabalho, ao colocar a temática à margem dos conteúdos de ensino, levava a desconsiderá-la como conteúdo curricular.

Souza (2009) afirma que os conteúdos pedagógicos se subdividem em conteúdos educacionais, instrumentais e operativos. Os conteúdos educacionais são constituídos pela compreensão, interpretação e explicação do contexto histórico-cultural em que vivemos. Os conteúdos instrumentais são aqueles que dizem respeito à aprendizagem das linguagens verbais (escritas e orais), das matemáticas e das linguagens artísticas, enquanto os conteúdos operativos são compostos pelo desenvolvimento da capacidade de projetar intervenções sociais em diferentes âmbitos. De acordo com essa categorização, a temática em questão compõe os conteúdos educativos e vários de seus temas podem ser trabalhados de forma articulada aos conteúdos instrumentais.

O mapeamento dos temas que constituem as práticas pedagógicas foi elaborado a partir de fontes diversificadas. Elencamos os conteúdos mais recorrentes na abordagem da temática, evidenciados nas situações em sala de aula, nas atitudes da comunidade escolar, nas atividades propostas pela escola e também no material produzido pelos estudantes nas várias atividades a eles direcionadas. A abordagem da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no espaço escolar, que dá vida às práticas enraizadas, acontece por meio dos quatro blocos temáticos.

No primeiro, a ênfase recai sobre a tensão entre a supremacia branca e a resistência negra, explorada a partir da construção do lugar de subalternidade dos povos negros e das lutas empreendidas pela população negra para superação dos estigmas contra ela construídos. No segundo, destacam-se aspectos relativos aos processos de construção e percepção da identidade negra e da autoestima da população negra, enfocando a história e a estética de pessoas negras. O terceiro bloco temático refere-se aos processos políticos que construíram o discurso de democracia racial brasileiro e as formas encontradas pela população negra para desconstruí-lo, denunciar o racismo e reivindicar ações afirmativas de reconhecimento e reparação para a população negra no Brasil. Por fim, no quarto bloco, ganham relevo aspectos relativos à África e às africanidades no Brasil, com destaque para a compreensão da África como berço da humanidade e dos valores civilizatórios africanos recriados em território brasileiro, especialmente por meio das religiões de matriz africana.

O conjunto dos temas revela a ampliação do olhar para a cultura negra, até bem pouco tempo tratada apenas como religião, culinária e manifestação artística. Indica que existe um distanciamento da folclorização do mundo do povo negro, mostrando a possibilidade de enxergar mais que música, dança, comida e religião. Revela também a necessidade constante de formação sobre a História da África, uma história ainda pouco conhecida e uma história que ainda é subtraída dos currículos escolares. Em vários momentos percebemos que existe uma tendência a aproximar o mundo africano do contexto brasileiro, como indicam as Diretrizes Curriculares Nacionais. Todavia, nem sempre os temas são tratados a partir de uma perspectiva livre de estereótipos.

No que se refere às *situações didáticas que corporificam as práticas pedagógicas*, as consideramos como a globalidade da ação por meio da qual os sujeitos envolvidos no processo de ensino e de aprendizagem se relacionam na construção do conhecimento. Em outros termos, as relações se dão entre os sujeitos em ação, em um contexto movido por materiais e um conjunto de atividades. Na análise das situações didáticas vivenciadas pelas escolas buscamos evidenciar as atividades que as contextualizam, o conteúdo dos materiais utilizados e as relações dos sujeitos com o saber em processo de construção.



As atividades vivenciadas na discussão da temática da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana são diversificadas, adequando-se a cada ano ou segmento de ensino: leitura de mapas, confecção de cartazes e artefatos culturais, pesquisa da literatura ou da oralidade, vivências e apresentações culturais, exibição de filmes e conversas cotidianas são algumas das ações desenvolvidas. No entanto, em seu conjunto, a leitura e a contação de histórias, a exposição dialogada, a produção escrita e as tarefas disciplinares ganham relevo, aparecendo com maior frequência e articulando conteúdos disciplinares e conteúdos educativos referentes à temática. A utilização dos mitos e dos contos africanos e afro-brasileiros é recorrente para abordar conteúdos variados, por exemplo.

A ação pedagógica é quase sempre realizada a partir de conteúdos disciplinares e as disciplinas nas quais a temática mais aparece são: História, Língua Portuguesa, Ciências, Matemática, Geografia e Artes. Todavia, é recorrente a existência de um trabalho interdisciplinar quando o conteúdo permite. Por meio da variedade de materiais utilizados: livros, contos, mitos, filmes, dança, música, mapas, textos, cartazes, tarefas e avaliações, a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana é apropriada como conteúdo de ensino e de aprendizagem. Ao que parece, a diversificação de atividades e materiais presentes no trato pedagógico da temática indica que esta é uma questão que não tem como ser trabalhada uniformemente e, para envolver as/os estudantes, ela é apresentada de diferentes formas e a partir de diferentes suportes, o que lhe possibilita estar sempre presente na dinâmica escolar (SILVA, 2013).

As situações didáticas, de forma geral, são iniciadas com momentos de leitura, de escuta, de visualização ou de experimentação corporal, por meio dos quais as professoras e professores buscam aproximar as/os estudantes do conteúdo e do tema a ser trabalhado. A continuidade da temática no cotidiano da instituição escolar possibilita o aprofundamento da discussão e o monitoramento do conhecimento que está sendo construído. A intervenção do professor oferece, assim, desafios ao pensamento das/os estudantes, que na maioria das vezes são resolvidos coletivamente.



CONSIDERAÇÕES FINAIS



As orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana não se resumem à inclusão de novos conteúdos nos currículos escolares, como já apontamos. Trata-se da implementação de uma política curricular que exige que se repensem as bases da nossa instituição escolar: as relações étnico-raciais, sociais e pedagógicas; os procedimentos de ensino; as condições oferecidas para o ensino e a aprendizagem; e os objetivos da educação oferecida pelas escolas. Todavia, transformar a legislação em conteúdos da formação e do ensino ainda constitui um desafio a ser enfrentado pelos atores da comunidade escolar.

As experiências escolares acompanhadas não deixam dúvidas que o processo de construção e vivência das práticas pedagógicas acontece num contexto de disputa curricular política e social, que se dá em vários níveis.

O planejamento coletivo das atividades desponta como uma característica elementar do itinerário pedagógico das práticas vivenciadas nas escolas que acompanhamos: na decisão das atividades que serão realizadas, na escolha e discussão dos conteúdos que constituirão as práticas, na apreciação e na discussão das situações didáticas propostas e nos acordos necessários à preparação coletiva para a vivência das práticas pedagógicas. Portanto, o planejamento da escola dimensiona o tempo de trabalho e o tempo de sistematização e reflexão sobre as atividades propostas a partir da coletividade.

Acompanhamos o processo de planejamento como trabalho coletivo da comunidade escolar; o planejamento como organização do trabalho docente; o planejamento como instrumento de formação e como documento de intenção. Em todas essas dimensões, seja por uma demanda da gestão da escola ou por iniciativa de pequenos coletivos de professores e professoras, o fato é que o planejamento é sempre colaborativo e este é um diferencial.

Os achados evidenciam a impossibilidade de construir práticas pedagógicas de valorização da população negra, possuidoras de solidez e consistência epistemológicas, sem discutir o racismo como epistemologia das práticas negadoras dessa população, de seus conhecimentos e de suas formas de pensar e estar no mundo. Nesse contexto, compreender e preparar-se coletivamente para o enfrentamento da disputa curricular parece-nos, portanto, uma estratégia importante para a efetiva implementação da política educacional no chão das escolas.

Destacamos que a memória dos processos vividos na construção das práticas pedagógicas de valorização da população negra constitui também a memória das formas de organização encontradas pelos profissionais da educação para implementar as políticas públicas para uma educação antirracista, pelas quais os movimentos negros lutaram ao longo de todo o século XX e continuam lutando. Trata-se, nesse sentido, de um material que pode servir de referência para o monitoramento das ações da própria escola e também pode orientar o trabalho de outras instituições que desejam iniciar ou impulsionar a ação pedagógica no trato das relações étnico-raciais no espaço escolar.

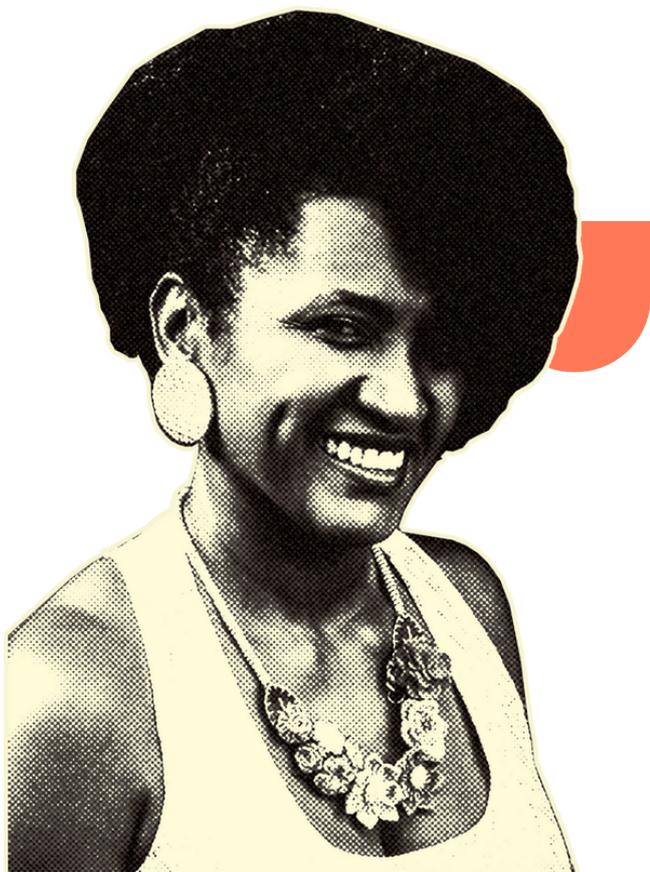


REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel. Trajetórias de vida, trajetórias de humanização (Prefácio). In: GOMES, Nilma Lino. A mulher negra que vi de perto: o processo de construção da identidade racial de professoras negras. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995.
- ARROYO, Miguel. Currículo, território em disputa. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- BRASIL. Lei n.º 10.639 de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 2003.
- CARREIRA, Denise; SOUZA, Ana Lúcia Silva. Indicadores da Qualidade na Educação: Relações Raciais na Escola. Ação Educativa, Unicef, SEPPIR, MEC. São Paulo: Ação Educativa, 2013.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- GONÇALVES E SILVA, Petronilha Beatriz. Lei nº 10.639/2003 – 10 ANOS. Revista Interfaces de Saberes, Caruaru, v. 1, nº 13, p. 1–13, 2013.

- GOMES, Nilma Lino. Limites e Possibilidades da Implementação da Lei 10.639/03 no Contexto das Políticas Públicas em Educação. In: PAULA, Marlene; HERINGER, Rosana (Org.). Caminhos Convergentes: Estado e Sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, ActionAid, 2009.
- SANTIGO, Maria Eliete. Escola Pública de Primeiro Grau: da compreensão à intervenção. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- _____. Formação, currículo e prática pedagógica em Paulo Freire. In: BATISTA NETO, José; SANTIAGO, Eliete (Org.). Formação de Professores e Prática Pedagógica. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Ed. Massangana, 2006.
- SILVA, Claudilene. Professoras Negras: identidades e práticas de enfrentamento do racismo no espaço escolar. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013 (Coleção Étnicorracial).
- _____. A volta inversa na árvore do esquecimento e nas práticas de branqueamento: práticas pedagógicas escolares em história e cultura afro-brasileira. Curitiba: CRV, 2019.
- SILVA, Maria do Socorro. As Práticas Pedagógicas das Escolas do Campo: a escola na vida e a vida como escola. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.
- SILVA, Tomaz Tadeu. O currículo como fetiche. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- _____. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- _____. A produção social da identidade e diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais. 8ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- SOUZA, João Francisco. Prática pedagógica e formação de professores. In: BATISTA NETO, José; SANTIAGO, Maria Eliete (Org.). Formação de professores e prática pedagógica. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

CONHEÇA AS AUTORAS:



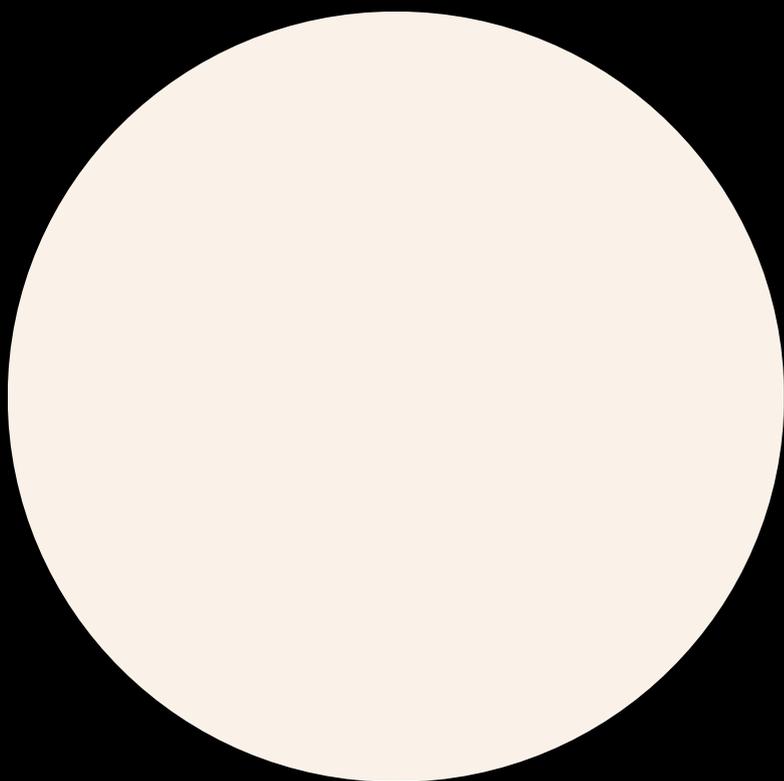
CLAUDILENE MARIA DA SILVA

Pedagoga, especialista em literatura africana de língua portuguesa e doutora em educação. É professora da UNILAB/Campus dos Malês (BA), coordenadora do grupo de pesquisa NYEMBA - Processos Sociais, Memórias e Narrativas Brasil/África e membro do Núcleo de Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e Indígenas (NEAABI/UNILAB).



SILVANE SILVA

Doutora em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Foi pesquisadora visitante no Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade da Flórida (EUA) pelo Programa de Incentivo Acadêmico Abdias Nascimento (CAPES, 2018). É coorganizadora do Currículo da Cidade de São Paulo: Educação Antirracista (SME, 2022) e do livro *Narrativas Quilombolas: dialogar, conhecer, comunicar* (Imprensa Oficial, 2017). Autora do prefácio à edição brasileira de *Tudo sobre o amor: Novas perspectivas*, de bell hooks (2021). Atua como assessora, professora e pesquisadora nas Áreas de Relações Raciais e de Gênero; História e Cultura Afro-brasileira; Educação Antirracista; Educação Escolar Quilombola e Indígena.



EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA EM DIÁLOGO

Ação Educativa

Rua General Jardim, 660

Cep 01223-010

Vila Buarque, São Paulo, SP- Brasil

Projeto SETA

Sistema de Educação por uma Transformação Antirracista

São Paulo, 2024